



## Operação Compliance Zero

# PHC é visto como parte da cúpula do esquema

Para investigadores da PF, ex-presidente do BRB tinha papel importante no topo da suposta organização criminosa, o que torna a delação dele — que deve avançar nesta semana — estratégica para descobrir onde está a maior parte do dinheiro desviado

» RENATO SOUZA

As tratativas para um acordo de delação entre o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa e a Polícia Federal devem avançar nesta semana. A expectativa é de que ele assine até amanhã o termo de confidencialidade. Após isso, a defesa deve apresentar formalmente o esboço da proposta de colaboração com as autoridades. Os investigadores apontam que a participação de Costa é importante para apontar onde está boa parte dos recursos obtidos pelo Banco Master com o esquema criminoso.

A maior parte dos recursos teria sido enviada ao exterior, para a compra de bens ou aplicação em paraísos fiscais. Investigadores avaliam que recuperar o montante é fundamental para ressarcir órgãos públicos afetados, como o BRB, e correntistas que perderam dinheiro após a liquidação das instituições envolvidas.

Costa, de acordo com agentes, é integrante da cúpula da organização criminosa montada para lavar dinheiro e operacionalizar o tráfico de influência. O papel dele não se resumiria ao cargo de presidente do banco distrital. Ele seria do núcleo financeiro do esquema.

As diligências apontam, no entanto, que Costa não seria um dos chefes do sistema criminoso, já que recebia ordens e poderia ser tirado da gestão do banco a qualquer momento. Mas teria poder de decisão e informações privilegiadas sobre as fraudes e o fluxo financeiro.

O ex-presidente do BRB prometeu entregar, nos próximos dias, informações importantes, citando autoridades beneficiadas. Um dos alvos é o ex-governador Ibaneis Rocha, que, de acordo com fontes ligadas ao caso, daria ordens para liberar pagamentos. Ibaneis foi questionado, mas não se

manifestou sobre o caso. Porém, em declarações públicas anteriores, negou qualquer envolvimento com ilicitudes.

Costa, entretanto, não apresentou, até agora, provas do envolvimento de Ibaneis. Por conta disso é que o ex-governador não foi alvo de nenhuma diligência. A tendência, desta vez, é de que a delação do ex-chefe do BRB seja aceita. Além de autoridades do Distrito Federal, ele deve apontar bens no exterior que foram comprados com dinheiro do esquema do Master e facilitar a cooperação internacional da Polícia Federal com os países que receberam os recursos.

### Entrave

Investigadores da PF ressaltam que as diligências da Operação Compliance Zero já estão avançadas. Uma parte importante do esquema, inclusive sobre os núcleos político e financeiro, está desvendada. A Procuradoria-Geral da República (PGR) também tem em seu poder dados relevantes, que podem tornar as delações desnecessárias.

Um receio dos agentes é de que Costa, diretamente beneficiado pelo esquema, e Daniel Vorcaro, dono do Master, recebam punições brandas, criando uma sensação de impunidade.

O ex-presidente do BRB, de acordo com o que avaliam investigadores, teria total ciência de tudo que aconteceu com o banco da capital federal, das operações fraudulentas e, inclusive, teria acelerado a compra de títulos podres diante do risco de que o esquema fosse descoberto. Questionada, a defesa dele não quis se pronunciar sobre o caso.

Preso preventivamente desde abril deste ano, Paulo Henrique Costa tenta negociar uma colaboração premiada há 60 dias.

Ed Alves/CB/D.A Press



Preso desde abril, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa tenta negociar uma colaboração premiada com investigadores há 60 dias

## Chefe do BRB será ouvido no Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado receberá, hoje, o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, para explicar as negociações do banco público com o Master. A sessão está marcada para as 10h.

A audiência faz parte do grupo de trabalho da CAE para supervisionar as investigações das fraudes do Banco Master.

A audiência foi pedida pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF). Na justificativa,

a parlamentar afirma que a comissão precisa avaliar aspectos relacionados à governança, à gestão de riscos, à transparência das informações e aos mecanismos de supervisão e controle envolvidos nas operações analisadas. Ela também destaca a importância de obter informações atualizadas sobre as medidas adotadas pela atual gestão do BRB.

A presença do presidente do BRB nesta comissão permitirá não

apenas esclarecer os fatos já conhecidos, mas também fornecer informações atualizadas sobre a situação do banco, as medidas corretivas implementadas e os mecanismos de prevenção adotados", afirmou Damares.

Em entrevista ao **Correio**, publicada no domingo, Nelson de Souza afirmou que a homologação do acordo no Supremo Tribunal Federal (STF) "garante a preservação do BRB ao viabilizar uma solução para a

recomposição do capital do banco dentro das regras do sistema financeiro e da legislação".

"O ponto central desse acordo é assegurar a continuidade saudável do banco, permitir a execução das medidas previstas no plano de capital, já entregue ao Banco Central, e manter o BRB operando normalmente", frisou. O acordo, firmado no fim de maio, viabiliza operação de crédito destinada ao reforço financeiro do banco. (Com Agência Senado)

### NAS ENTRELINHAS



Por Carlos Alexandre de Souza  
carlosalexandre.df@dabr.com.br

## Nuvens pesadas na economia em meio à eleição

O boletim Focus, divulgado ontem, anuncia nuvens cada vez mais carregadas no cenário econômico brasileiro. Pela 13ª semana consecutiva, a mediana das projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 registrou alta. Subiu de 5,09% para 5,11%, ampliando a distância em relação ao teto da meta de inflação, definido em 4,5% pelo Conselho Monetário Nacional. As projeções também são pessimistas em relação à taxa de juros. Segundo o relatório Focus, a expectativa em torno da Selic passou 13,25% para 13,50% ao ano. Até o mês passado,

a estimativa era de 13% para a taxa referencial.

Mais do que a fotografia do momento, o relatório do Banco Central indica uma tendência de que, na melhor das hipóteses, demandará tempo para ser revertida. E esse cenário aumenta a expectativa em relação à próxima reunião do Comitê de Política Monetária do BC, marcada para a próxima semana. Nos dias 16 e 17, os nove integrantes do Copom decidirão se mantêm uma redução branda da Selic — em abril, ela foi de 0,25 ponto percentual — ou se interrompe o ciclo de baixa. Seria mais um sinal da gravidade do

momento se, após as reduções em março e abril deste ano, a autoridade monetária desse um "cavalo de pau" e elevasse a taxa básica.

Em tom cauteloso, a última ata do Copom, divulgada no início de maio, descrevia o perigo na próxima curva. "O comitê estabeleceu que a magnitude e a duração do ciclo de calibração serão determinadas ao longo do tempo, à medida que novas informações forem incorporadas às suas análises", alertou o comitê. No cálculo do Banco Central, pesam cada vez mais as consequências do conflito no Oriente Médio, com reflexos no preço dos combustíveis, nas cadeias produtivas, na cotação do dólar e, ao fim e ao cabo, no bolso do consumidor.

O cenário econômico já seria complexo por si só, não fossem dois complicadores adicionais. O primeiro são os impactos provocados por fatores externos. A reedição do tarifaço do governo Trump, que pode ultrapassar os 37% sobre produtos nacionais, é um alerta para as exportações brasileiras. Em outra frente, a carne brasileira enfrenta

resistência da União Europeia. Em uma economia na qual o agro desempenha papel fundamental, intercorrências com parceiros como Estados Unidos e União Europeia têm impacto na agenda brasileira, ainda que o maior parceiro comercial seja a China.

O segundo fator a desestabilizar a economia é a disputa eleitoral. O governo Lula guarda em mãos um conjunto de indicadores que julga positivos — taxas de desemprego historicamente baixas, valorização do salário mínimo, isenção de IR para quem recebe até R\$ 5 mil, lançamento do Desenrola 2.0 e possível fim da jornada 6x1. O alto endividamento dos brasileiros — 80% das famílias acumulam algum tipo de débito — e os juros exorbitantes ainda penalizam, entretanto, os eleitores. A atual administração terá de convencer o eleitorado de que há razões para manter o otimismo com a economia brasileira. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, tentou abraçar essa tarefa na semana passada, durante a reunião ministerial no Palácio do Planalto. "A

economia bateu todos os recordes. Todo trimestre tivemos recordes na economia. No primeiro trimestre de 2026, uma vez mais, crescemos mais de 1%, crescemos 1,1%. Nós vamos de novo surpreender no segundo trimestre de 2026", previu o chefe da equipe econômica.

Apesar da empolgação do ministro, a instabilidade externa e o problema fiscal do governo afetarão a economia brasileira. E, com maior ou menor profundidade, a agenda econômica entrará no debate eleitoral. Para sorte do governo Lula, o candidato com melhor desempenho nas pesquisas de intenção de voto, o senador Flávio Bolsonaro, têm feito críticas genéricas à política econômica. Em alguns momentos, as acusações chegam a ser infantis, próprias para larvae nas redes sociais. Nos últimos dias, por exemplo, o pré-candidato passou a responsabilizar o petista pelas decisões comerciais do governo Trump. "Não são as empresas brasileiras que estão sendo tarifadas. Quem está sendo tarifado é o presidente Lula: é ele e o seu

comportamento, são as suas ameaças aos Estados Unidos e o seu sentimento antiamericano". Como se vê, há pouco de economia e muito de eleição nas críticas de Flávio Bolsonaro. O risco, real e concreto, é que os aliados no governo Trump levem adiante essa visão ideológica e efetivamente apliquem sanções aos produtores brasileiros.

Em relação ao problema fiscal, tende a ser difícil assistir a uma discussão qualificada nos próximos meses. Candidatos da direita certamente criticarão uma suposta ganância do governo do PT. Mas alguns pré-candidatos estão em posição vulnerável. Flávio Bolsonaro terá de explicar, por exemplo, falhas gritantes na gestão de seu pai, que deixou de pagar precatórios durante o mandato. O ex-governador Romeu Zema também está em situação complicada, pois o estado que administrou por oito anos está entre os principais devedores da União.

O momento econômico no país é sério e exige cautela e responsabilidade. É incerto se a campanha eleitoral seguirá esse roteiro.